

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.330, DE 2015 (Em apenso os PLs nºs 1.755, 2.492 e 3.195, de 2015)**

Dispõe sobre a tipificação criminal da divulgação na internet de informações fiscais ou financeiras protegidas por sigilo; altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ALEXANDRE BALDY

**Relator:** Deputado HIRAN GONÇALVES

## **I - RELATÓRIO**

A proposição em apreço tem por objetivo acrescentar o art. 154-B no Código Penal para criar um novo tipo penal, qual seja, a divulgação indevida de informações fiscais e financeiras na internet. A pena proposta é de 6 meses a 2 anos de reclusão e multa.

Justifica o autor a sua iniciativa sustentando ter havido aumento do número de sítios na rede mundial de computadores que fornecem informações fiscais e bancárias de cidadãos e que a tipificação de tal conduta desestimularia a violação desses sigilos, além de possibilitar o acionamento judicial dos responsáveis pelos sítios ou páginas que veicularem tais informações.

A este projeto foram apensadas as seguintes proposições:

- **PL 1.755/15** - De autoria do Deputado Raul Jungmann, este projeto propõe a tipificação da divulgação, na internet, de informações e

dados pessoais e da produção, comercialização ou manutenção de sítio ou banco de dado que permita a divulgação sem autorização do legítimo titular. A pena proposta é de 6 meses a 2 anos de reclusão e multa.

- **PL 2492/15** – De autoria do Deputado Veneziano Vital do Rego, o PL tipifica a conduta de divulgar, fornecer ou dar acesso a dados pessoais de terceiros sem autorização ou sem fins lícitos. A pena proposta é de 2 a 4 anos de reclusão e multa, e de reclusão de 4 a 6 anos e multa caso a divulgação ocorra através da rede mundial de computadores.

- **PL 3.195/15** – De autoria do Deputado Aluisio Mendes, o PL criminaliza, com pena de 2 a 4 anos e multa, o ato de produzir, vender ou expor à venda, adquirir, divulgar, fornecer ou dar acesso, ainda que gratuitamente, a dado pessoal de terceiro através da internet, sem o consentimento do titular ou sem autorização legal.

Houve distribuição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), onde foi aprovado o PL 1.330/15, com emenda, e rejeitados os PLs 1.755/15, 2.492/15 e 3.195/15.

Cabe agora a esta CCJC a análise da constitucionalidade, juridicidade e mérito de todas as proposições, que estão sujeitas à apreciação do Plenário.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

As proposições atendem aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da CF), ao processo legislativo (art. 59 da CF) e à legitimidade da iniciativa (art. 61 da CF).

Quanto à técnica legislativa, violam-na os PLs 2.492/15 e 3.195/15, porque propõem o estabelecimento da matéria em lei esparsa quando o local adequado é o Código Penal. Também o PL 1.330/15 a fere quando renumera o atual art. 154-B do CP para 154-C, contrariando a alínea “b” do art. 12 da Lei Complementar nº 95/98.

No que se refere à juridicidade, não há problemas quanto aos PLs 1.755/15, 2.492/15 e 3.195/15. Todavia, entendo que o PL 1.330/15 é parcialmente injurídico, na medida em que não propõe inovação no ordenamento jurídico, conforme se verá adiante.

No mérito, o PL 1.330/15 propõe tipificar conduta já prevista em lei penal. A divulgação de informações reservadas ou sigilosas, assim definidas em lei (dentre as quais se encontram as informações fiscais e financeiras), já é vedada pelo § 1º-A, do art. 153, do Código Penal desde a edição da Lei nº 9.983/2.000. Para tal violação, a pena prevista no Código é de 1 a 4 anos de detenção e multa.

Todavia, os PLs 1.755/15, 2.492/15 e 3.195/15 propõem a criminalização da divulgação de **informações e dados pessoais** na internet. A expressão “dados pessoais” é mais ampla que o tipo penal hoje em vigor. Além do mais, os PLs 1.330/15 e 1.755/15 propõem a criminalização da não retirada, pelos provedores ou responsáveis pelos sítios na internet, do conteúdo reclamado pelo titular.

A esse respeito, a CCTCI apresentou aprimoramento legislativo que, a meu ver, deve ser acatado por esta Comissão. Trata-se de inserir no Código Penal a criminalização da conduta de não tornar indisponível os dados após a notificação da decisão judicial. No mais, penso que os dados pessoais merecem a tutela do Estado.

Finalmente, o PL 3.195/15 propõe núcleos que, a meu ver, não se compatibilizam com a conduta de divulgar dados, como por exemplo, “produzir” dados. Caso tenham sido “produzidos” por terceiros não são dados pessoais; são falsos e, portanto, trata-se de outro crime. Da mesma forma, as condutas de “fornecer” ou “dar acesso” são as de que trata a emenda da CCTCI.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 1.755/15 e da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, na forma do substitutivo que ora apresento; pela constitucionalidade, injuridicidade parcial, inadequada técnica legislativa e no mérito, pela rejeição do PL 1.330/15 e pela

constitucionalidade, juridicidade, inadequada técnica legislativa e no mérito, pela rejeição dos PLs 2.492/15 e 3.195/15.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputado HIRAN GONÇALVES  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.755, DE 2015

Acrescenta o § 3º ao art. 153 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criminalizar a divulgação de informações pessoais não autorizadas na rede mundial de computadores (Internet).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao art. 153 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criminalizar a divulgação de informações pessoais não autorizadas na rede mundial de computadores (Internet).

Art. 2º O art. 153 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 153. ....  
.....

§ 3º. Na mesmo crime do § 1º-A incorre:

I – quem divulgar informações e dados pessoais na internet, sem a autorização do legítimo titular;

II – o produtor, comerciante ou mantenedor de sítio na internet ou de banco de dados que, ao ser oficialmente notificado da decisão judicial de tornar indisponível o conteúdo determinado, deixar de tomar as devidas providências para tal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em            de            de 2016.

Deputado HIRAN GONÇALVES  
Relator